

ECONOMIA

# Dia do Trabalhador: não há motivo para celebração da data no Brasil

Como comemorar em meio a desemprego de mais 14 milhões de pessoas e crise sem precedentes?

Hoje, 1º de maio, é celebrado o Dia Internacional do Trabalhador. Entretanto, mais de um ano após o início da pandemia, as incertezas acerca do futuro dos trabalhadores brasileiros só aumentam. Despensa vazia e falta de emprego fixo são aspectos que passaram a fazer parte da rotina de muitos. De acordo com dados recentes da consultoria financeira Acordo Certo, 84% dos brasileiros perderam, ou conhecem alguém que perdeu o emprego na pandemia. Esse cenário é reforçado pela estimativa divulgada ontem pelo IBGE. Segundo o órgão, 14,4

milhões de cidadãos estão desempregados no país. Com a diminuição no valor do auxílio emergencial, a piora da pandemia e o índice de desemprego batendo mais um recorde, as comemorações serão deixadas de lado mais um ano. Viviane Souza, de 42 anos, que mora no Engenho da Rainha, conta que a situação não é nada fácil. Antes da pandemia, ela trabalhava na área de buffet, mas acabou sendo mandada embora devido à falta de demanda. Desde então, tem divulgado seus serviços de faxina e culinária, mas afirma que está cada vez mais difícil. “As coisas pioraram muito.

No ano passado, a gente ainda conseguia, mesmo no auge da pandemia, sair para trabalhar e o auxílio era melhor”, relata. “Falo, sem vergonha nenhuma, que tem dias que a gente não tem um pão”. Viviane é mãe solteira e tem dois filhos, sendo um deles ainda adolescente. A situação durante a pandemia, sem as aulas presenciais, também é complicada e, com a diminuição no valor do auxílio emergencial, é cada vez mais difícil abastecer a despensa. “Eu fui aprovada no auxílio, mas o auxílio é muito pouquinho, né? Arroz custando R\$ 25, o feijão custando R\$ 10, você com esse auxílio não

consegue comer o mês todo, (...), tenho um adolescente dentro de casa, mas está dentro de casa fazendo nada, sente fome”, desabafou. Para ela, neste dia do trabalhador, o que falta é o apoio do governo, principalmente para os moradores de comunidade. “Eu acho que o governo devia olhar por nós, trabalhadores, porque é a gente que faz tudo movimentar, tudo girar”, afirma, “tem dias que a gente chora nem pela gente, só, mas pelo outro que a gente sabe que também tá dormindo com a barriga vazia”. Para Gisele Busquet, de 37 anos, moradora de São Gon-

çalo, a situação também é difícil. Trabalhando como diarista, há aproximadamente 10 anos, ela conta que a pandemia prejudicou os negócios. “Sou diarista, mas assim, não tem aparecido mais [trabalho] com tanta frequência como estava, né, devido a pandemia. Eu não trabalho fixo, é quando aparece, quando tem. Aí tá meio complicado agora”, desabafou. Gisele também é mãe solteira e, por conta da pandemia, os seus três filhos estão estudando em casa. Recebendo auxílio emergencial, ela explicou que tem enfrentado dificuldades na movimentação do benefício. “Consta que

o benefício está bloqueado, conheço várias pessoas que passaram por isso, (...), prejudica na hora de pagar as contas”, reclamou. Para a diarista, a situação também piorou em relação ao primeiro ano de pandemia, embora ela esteja conseguindo manter as despesas. “Está mais estreito agora, devido ao desemprego, mas tem dado para suprir, sim. Graças a deus tem dado pra suprir”. E para o futuro dos trabalhadores, Gisele afirmou: “esperança a gente sempre tem, né, tem expectativa”.

Reportagem da estagiária **Maria Nobre**, sob supervisão de **Yuri Hernandes**



Então, durante o período do auxílio-desemprego, Julio Costa começou a fazer entregas de bicicleta

## É PRECISO SE REINVENTAR

### Mudança de área de atuação para suprir a demissão

Julio Costa, 39 anos, morador da Lapa, trabalha em regime de CLT, como entregador de supermercado, mas chegou a ser mandado embora de sua antiga empresa, em 2020. Com experiência de mais de dois anos em hotelaria, perdeu o emprego devido à falta de demanda na área. Então, durante o período do auxílio-desemprego, Julio começou a fazer entregas de bicicleta. “Me cadastrei no aplicativo Rappi, porque eu não queria ficar em casa parado, eu

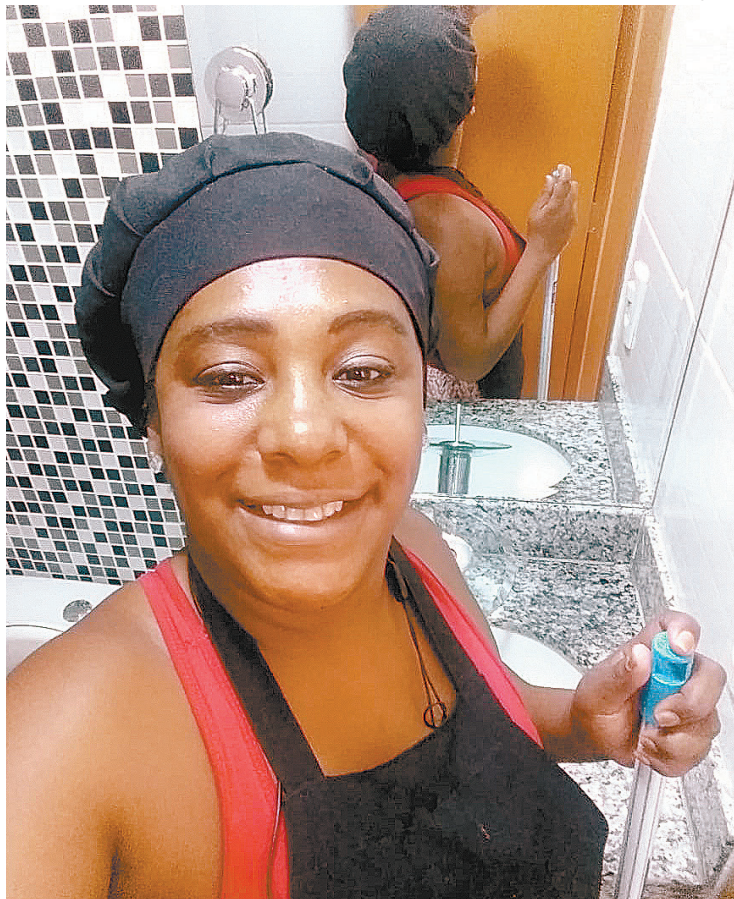
já estava entrando em depressão. Pensei: tenho que me exercitar, fazer alguma coisa, se não vou acabar morrendo aqui dentro”, contou. Após um tempo trabalhando na plataforma, ele conta que começou a buscar sua recolocação no mercado. “Tentei ver qual seria a área em que eu poderia trabalhar que não seria demitido novamente caso fechasse tudo de novo”, disse. Agora, ele trabalha fazendo entregas para uma rede de supermercados na Zona Sul do Rio. “A minha intenção não é ficar no mercado, mas, no momento, eu

tenho que ficar lá, porque se eu for para qualquer outra área, eu posso não ficar empregado por muito tempo”. Na percepção do carioca, as coisas ainda vão demorar a melhorar e, ter um emprego nesse momento, é motivo de gratidão. “Eu dou graças a deus que estou trabalhando, porque tem muita gente que está desempregado, está tentando arrumar trabalho e não consegue. Nesse período de pandemia está muito complicado trabalhar”, relatou.

## CENÁRIO

### Ações do governo não são expressivas

O advogado trabalhista, Solon Tepedino, explica que há medidas sendo adotadas pelo governo, mas que as mesmas não são expressivas. “Muitas empresas que foram obrigadas a fechar não tiveram condições financeiras de arcar com as verbas resilitórias desses empregados. Então, muitos desses não estão recebendo o básico”, explica o advogado. “Essas medidas provisórias, embora, desde o começo da pandemia, tenham sido editadas, são discretas, não tem nada que possa resolver os problemas”, acrescentou. Para Duda Queiroga, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio (CUT-RJ), o cenário precisa de uma maior atuação do governo. “Sem uma política de taxaço das grandes fortunas para que se consiga dar um auxílio emergencial decente para quem precisa, sem uma política de gerar empregos e, portanto, de aporte para que as pequenas empresas não quebrem, eu acho muito difícil que a gente tenha um cenário de me-lhora no nosso país a curto prazo”, afirmou, “mas nossa tarefa é transformar a nossa esperança em ação”.



Viviane: ‘Falo, sem vergonha, que tem dias que a gente não tem pão’

## SEM CARTEIRA ASSINADA

### Menos 266 mil vagas formais

O trimestre encerrado em fevereiro de 2021 mostrou fechamento de 266 mil vagas com carteira assinada no setor privado em relação ao trimestre encerrado em novembro. Na comparação com o trimestre até fevereiro de do ano passado, 3,928 milhões de vagas com carteira assinada foram perdidas no setor privado. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo IBGE. O total de pessoas trabalhando com carteira assinada no

setor privado foi de 29,697 milhões no trimestre até fevereiro, enquanto outros 9,796 milhões atuavam sem carteira assinada, 62 mil a mais que no trimestre anterior. Em relação ao trimestre até fevereiro de 2020, foram extintas 1,848 milhão de vagas sem carteira no setor privado. O trabalho por conta própria no país ganhou 716 mil pessoas a mais em um trimestre, só que ainda tem 824 mil a menos que o patamar de um ano antes, totalizando desta forma 23,653 milhões de pessoas.

# FGTS de abril a julho pode ser recolhido em 4 parcelas

Medida vale a partir de setembro para empresas, sem considerar o número de empregados. Não haverá incidência de atualização e multa

O governo federal adiou a obrigatoriedade de pagamento do FGTS pelos empregadores, referente às competências de abril, maio, junho e julho de 2021, com vencimento em maio, junho, julho e agosto de 2021, respectivamente. Essa alteração faz parte da Medida Provisória 1.046, com mudanças trabalhistas para enfrentamento da crise da covid-19. “Finalmente estão sendo tomadas ações para auxiliar os empregadores durante essa segunda onda da crise, isso é

fundamental para a manutenção dos empregos. Mas é preciso um importante alerta, o que se fez foi o adiamento, assim, as empresas terão que arcar com esses custos mais à frente, sendo necessário caixa”, alerta o diretor tributário da Confirp Consultoria Contábil, Richard Domingos. Essa preocupação de Domingos se deve ao fato de muitas empresas não se organizarem, e assim só postergarem um problema, lembrando que o cenário ainda é incerto para os próximos meses. Um ponto



Empregador será obrigado a declarar informações até 20 de agosto

que vale destacar é que essa medida poderá ser tomada independente do número de empregados; regime de tributação; natureza jurídica; do ramo de atividade econômica ou adesão prévia. As empresas que optarem por ela, deverão fazer os pagamentos de abril, maio, junho e julho de 2021 de forma parcelada, sem a incidência da atualização, da multa e dos encargos, em até quatro parcelas mensais, com vencimento a partir de setembro de 2021, na data do recolhi-

mento mensal devido. Outro ponto relevante é que o empregador estará obrigado a declarar as informações até 20 de agosto de 2021 e que, os valores não declarados, serão considerados em atraso e obrigarão o pagamento integral da multa e dos encargos. Também fica suspensa a contagem do prazo prescricional dos débitos relativos aos depósitos no FGTS pelo prazo de cento e vinte dias, contado da data de publicação da medida provisória.